

## ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) EM 2000 E 2010 DA MICROR- REGIÃO DE SALINAS – NORTE DE MINAS

Maria Ribeiro dos Santos<sup>1</sup>  
Gildette Soares Fonseca<sup>2</sup>

**Resumo:** O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global é considerado excelente indicador das condições de vida da população, pois agrega as dimensões renda, longevidade e educação. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) permite conhecer o nível do desenvolvimento em escala menor, não significando necessariamente que cobre todas as particularidades. Neste contexto, este estudo tem como objetivo analisar o IDH-M dos municípios da Microrregião de Salinas em 2000 e 2010, localizada na Mesorregião do Norte de Minas. A abordagem metodológica constituiu-se em pesquisa bibliográfica e elaboração de mapas. Os resultados encontrados apresentaram evidências de baixo desenvolvimento humano na Microrregião de Salinas, apesar de que ocorreram melhorias.

**Palavras-chave:** Norte de Minas. Microrregião de Salinas. IDHM.

---

*1 Pós-graduada em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional/UNIMONTES - mary.moc2007@hotmail.com*  
*2 Professora Mestre do Departamento de Geociências/UNIMONTES - Doutoranda em Geografia - Tratamento da Informação Espacial - PUC-MG - gildettes@yahoo.com.br*

## **MUNICIPAL HUMAN DEVELOPMENT INDEX (IDHM) IN 2000 AND 2010 IN THE MICROREGION OF SALI- NAS - NORTHERN MINAS**

**Abstract:** The human development index (HDI) global is considered an excellent indicator of the living conditions of the population, as it aggregates the dimensions income, longevity and education. The Municipal Human Development index (IDHM) lets you know the level of development on a smaller scale, not necessarily meaning, that covers all points of interest. In this context, this study aims to analyze the IDH-M of the municipalities of Microregion of Salinas in 2000 and 2010, located in the Mesoregion of North of Minas. The methodological approach consisted in bibliographical research and prepared maps. The results showed evidence of low human development in Microregion of Salinas, although there have been improvements.

**Keywords:** Northern Minas. Microregion of Salinas. IDHM.

### **Introdução**

Mensurar o desenvolvimento humano da população não é tarefa fácil, porém há indicadores que possibilitam analisar as condições de vida, a saber, nível de escolaridade, saneamento básico, expectativa de vida, entre outros. Assim, os resultados do IDHM servem para identificar setores que devem receber maior atenção dos governantes e da sociedade civil, pois pode-se comparar a evolução ou não dos subíndices no decorrer do tempo.

Este estudo tem como objetivo analisar o IDHM dos municípios da Microrregião de Salinas em 2000 e 2010. Para tanto, fez-se levantamento bibliográfico, após a compilação dos dados elaborou-se mapas. Os municípios da Microrregião de Salinas apresentam pequeno número de habitantes, mas também baixos indicadores socioeconômicos, características que requer políticas para melhorar as condições de vida da população.

Nos períodos analisados o IDHM da Microrregião de Salinas teve melhoria na sua composição. Na dimensão Educação em quase todos os municípios o índice duplicou. No que se refere à renda per capita, os municípios apre-

sentam acréscimo, acredita-se que isso se deve a efeitos dos programas do Governo Federal, além da emigração temporária de trabalhadores, fenômeno comum na Microrregião conforme Santos e Fonseca (2012) e Silva (1999). O IDH Longevidade apresentou melhoria de 2000 para 2010, uma vez que aproximou da média estadual e nacional.

## **Considerações sobre IDH e IDHM**

Na década de 1990 o economista paquistanês Mahbud ul Haq com contribuições do economista indiano Amartya Sen criaram e elaboraram o IDH, com o objetivo de compreender a média das conquistas do desenvolvimento básico das populações. Para tanto, estabeleceram três dimensões mensuráveis: renda; saúde - vida longa e saudável; conhecimento e informação. A ideia foi produzir um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) disponibilizando, assim informações sobre os vários países. O mesmo serviria de referência na execução de ações que oportunizasse melhorias nas condições de vida da população. Desde 1998 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publica e divulga o RDH.

No Brasil, o PNUD, em parceria com Fundação João Pinheiro (FJP) e com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) disponibiliza o IDHM de todos os municípios.

O IDH é um indicador sintético ou social, que varia de 0 a um (1), quanto mais próximo de um, melhor IDH. A variação se configura em: Baixo (0 a 0,499); Médio ( 0,500 a 0,799 ) e Alto (0,800 a 1). Através do IDH pode-se mensurar as condições de vida da população a partir dos subíndices: Índice de Desenvolvimento Educação (IDHE), Índice de Desenvolvimento Longevidade (IDHL) e Índice de Desenvolvimento Renda (IDHR).

Freire Júnior et al. (2010, p. 34)apontam:

O IDH-E é obtido a partir da taxa de alfabetização e o número médio de anos de estudos convertidos em índices. Já, o IDH-L é obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula:  $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$ , onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25

e 85 anos. Por fim, o IDH-R é obtido a partir da renda familiar per capita através da fórmula:  $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$ , onde os limites inferior e superior são equivalentes à R\$ 3,90 e R\$ 1.560,17, respectivamente.

O IDHE incorpora a escolaridade da população adulta (peso 1) e de fluxo escolar da população (peso 2). “O acesso a conhecimento é fundamental para expandir as escolhas das pessoas. É assim determinante para o bem-estar e essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima” (PNUD; FJP; IPEA, 2013 p.32).

O IDHL inclui a esperança de vida ao nascer, o número de anos que as pessoas viverão a partir do nascimento, portanto,

[...] uma vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir de tábuas de sobrevivência padrão, que consideram informações disponíveis de registros, bem como dos Censos Demográfico [...]. O indicador sintetiza o nível de mortalidade e os riscos de morte que podem atingir a população dos municípios e reflete com bastante aproximação as condições socioeconômicas da população. Também contribui para avaliar a tendenciada dinâmica demográfica. (PNUD; FJP; IPEA, 2013 p.25).

Em relação ao IDHR inclui a renda per capita, ou seja, a capacidade de aquisição de bens e serviços. No entanto, pode ser considerada a dimensão mais frágil do IDHM, pois, não é possível mensurar a desigualdade de renda dentro do município.

O IDHM é um ajuste metodológico do IDH global, também varia de 0 a um (1), visa apresentar a complexidade e particularidade de cada município.

O IDH foi inicialmente idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico (no sentido de que os membros da sociedade são os proprietários de, essencialmente, todos os fatores de produção) como do ponto de vista demográfico (no sentido

de que não há migrações temporárias). Municípios, no entanto, são espaços geopolíticos relativamente abertos e por esse motivo foram realizadas algumas adaptações nos indicadores (KAWANO, 2006 p. 22).

Apesar de o IDHM variar de 0 a um (1) e os subíndices serem os mesmos, utiliza-se outro parâmetro de análise: Muito Baixo (0 a 0,499); Baixo (0,500 a 0,599); Médio (0,600 a 0,699); Alto (0,700 a 0,799) e Muito Alto (0,800 a 1).

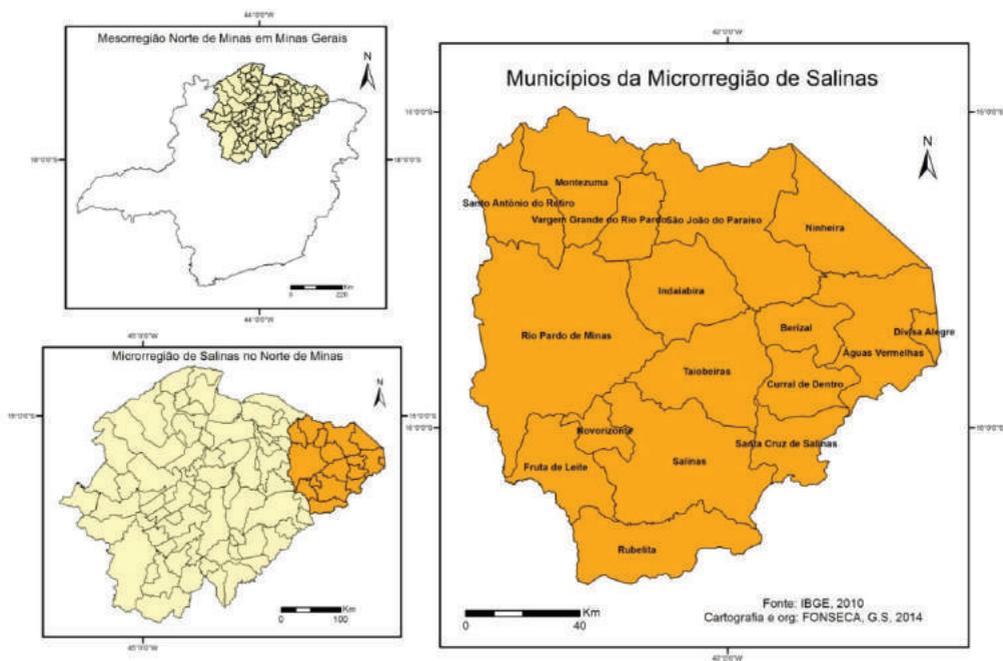
O IDHM é sem dúvida um importante indicador para avaliar o progresso da sociedade no acesso a bens básicos, no entanto, é válido pontuar que não pode medir por completo o desenvolvimento humano, uma vez que é dinâmico e depende do processo construído pela população e pela ação governamental.

### **Microrregião de Salinas e o IDHM em 2000 e 2010**

Com base na regionalização do IBGE (1990), o Estado de Minas Gerais compreende doze Mesorregiões, dentre elas a Mesorregião Norte de Minas delimitada pelas coordenadas geográficas 14° 13' 00" e 18° 00' 00" de Latitude Sul e 41° 20' 00" e 46° 00' 00" de Longitude Oeste. Abrange área de 128.454,108 km<sup>2</sup>, com oitenta e nove municípios, distribuídos em sete Microrregiões: Montes Claros, Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Janaúria, Pirapora e Salinas.

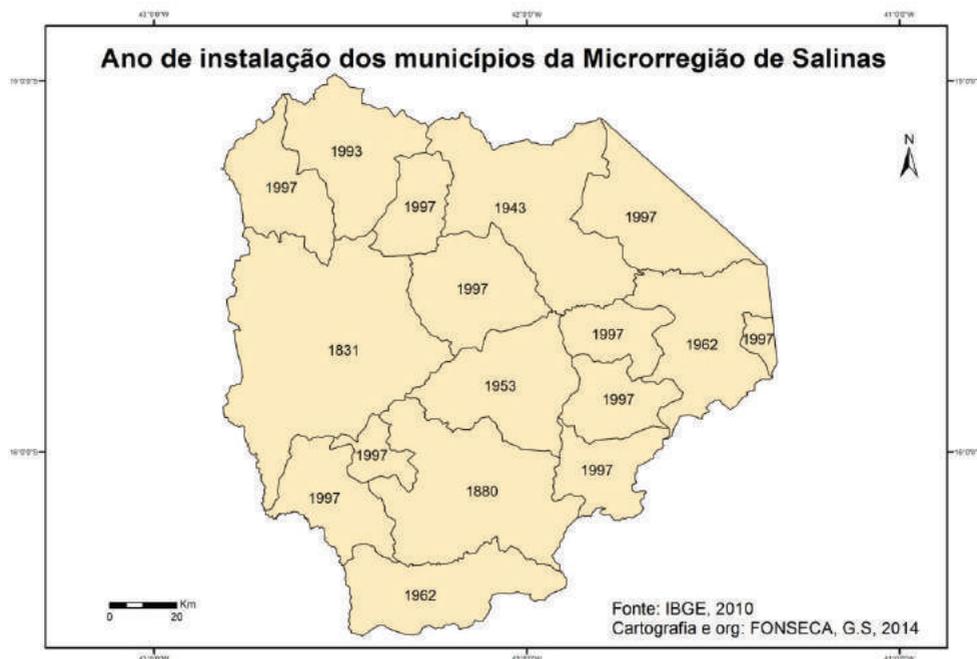
A Microrregião de Salinas compreende área de 17.824,413 Km<sup>2</sup>, distribuída em dezessete municípios: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo (Figura 01).

A maior parte dos municípios que constituem essa Microrregião emancipou na década de 1990. A emancipação ocorreu em muitos casos, devido a razões políticas como a tentativa de grupos locais formarem núcleos de poder e o incentivo dos mecanismos de repartição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



**Figura 1:** Mapa dos Municípios da Microrregião de Salinas

A maioria dos municípios da Microrregião de Salinas teve a emancipação política na década de 1990, portanto são novos (Figura 2).



**Figura 2:** Mapa da emancipação dos municípios da Microrregião de Salinas

No século XIX, emanciparam dois municípios, Rio Pardo de Minas (1831) e Salinas (1880). Os demais foram no decorrer do século XX, em 1943 São João do Paraíso; em 1953 Taiobeiras; em 1962 Águas Vermelhas e Rubelita; em 1993 Montezuma; em 1997 Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Ninheira, Novorizonte, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro e Vargem Grande do Rio Pardo.

A emancipação política nem sempre significa autonomia por completo, pois, municípios com pouca arrecadação dependem do repasse de recursos do governo estadual e federal. O fato de o município ter poucos ou muitos anos de emancipação não justifica necessariamente seu alto ou baixo desenvolvimento socioeconômico, mas sim, o processo que foi criado, o aproveitamento de suas potencialidades, associado à boa gestão pública, que infelizmente é raridade no Brasil.

Quanto ao número de habitantes dos municípios da Microrregião de Salinas, apenas Salinas e Taiobeiras apresentam mais de trinta mil habitantes, sendo

que nos demais municípios o este número é baixo. Os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 apresentam aumento relativamente pequeno na população dos municípios da Microrregião. Em dez anos, o aumento populacional foi de 11.741 indivíduos, sendo muito desproporcional ao analisar por município. Fruta de Leite, Rubelita e Santa Cruz de Salinas não tiveram aumento, mas sim redução no número de habitantes.

Os municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo, tiveram acréscimo que pode ser pelo crescimento vegetativo ou por imigração (Figura 3).

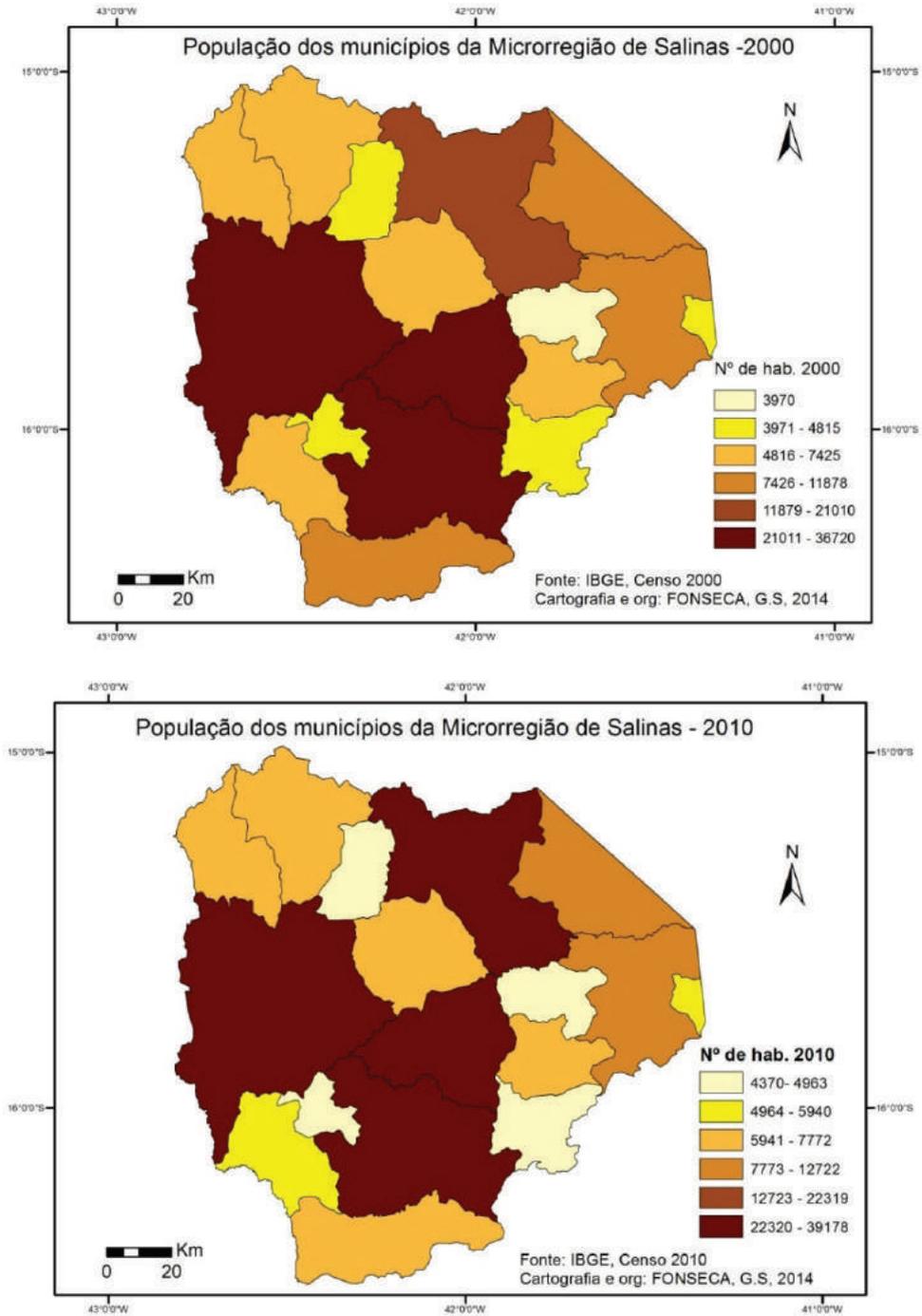


Figura 3: Mapa da População dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

O número de habitantes é muito desigual nos municípios da Microrregião, em relação ao local onde reside a população, espaço rural ou urbano, desde 2000 há o predomínio de habitantes na área urbana (100.636 pessoas). Entretanto, onze dos dezessete municípios tinham mais pessoas vivendo no espaço rural: Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso e Vargem Grande do Rio Pardo. Em 2010, a situação apresentou pouca alteração, pois da população total 210.720 habitantes, residem no espaço urbano 120.544 pessoas e 90.176 na área rural (IBGE, 2010). No entanto, permanecem com maior número de habitantes no espaço rural os municípios supracitados, com exceção de Vargem Grande do Rio Pardo. Nos municípios de Salinas e Taiobeiras existe maior concentração de habitantes no espaço urbano.

Os municípios da Microrregião de Salinas fazem parte da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), além de integrarem a área do Semiárido Mineiro. O critério para a inserção na área do Semiárido Mineiro foi à irregularidade pluviométrica, temperatura elevada, baixo desenvolvimento econômico, deficiência de oferta de água e estrutura fundiária de latifúndios. Apesar de serem características marcantes na realidade da população, que requer intervenção dos governantes em todas as esferas, no intuito de melhorar as condições de vida.

Ao analisar a inserção dos municípios na área do Semiárido Mineiro, pode-se observar que não foi no mesmo período. Os municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Salinas Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo passaram a fazer parte do Semiárido Mineiro em 1995, já Rubelita, Santa Cruz de Salinas, apenas em 2005 com a nova delimitação do Semiárido Mineiro (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

No que se refere à intervenção da SUDENE na Microrregião, pode-se destacar ações bem pontuais, a saber, a implantação da monocultura de eucalipto, ampliação da rede de energia elétrica e pavimentação da rodovia 251, ações importantes, no entanto poucas para o pleno desenvolvimento econômico e social, especialmente se for considerado que o reflorestamento ocorreu em

função da devastação do cerrado para o carvoejamento. O carvão serviu como fonte de energia para abastecer siderúrgicas do Estado, sendo que a destruição do cerrado comprometeu a sustentabilidade de varias famílias, que sobreviviam dos frutos do bioma. Também deve-se considerar o impacto negativo nos recursos hídricos, nascentes foram destruídas, cursos de rios perenes passaram a ser temporários, entre outros problemas. No período de 2000 para 2010 ocorreu pequena melhoria no IDHM (Figura 4), apesar de que grande parte dos municípios teve sua instalação na década de 1990, como já foi mencionado.

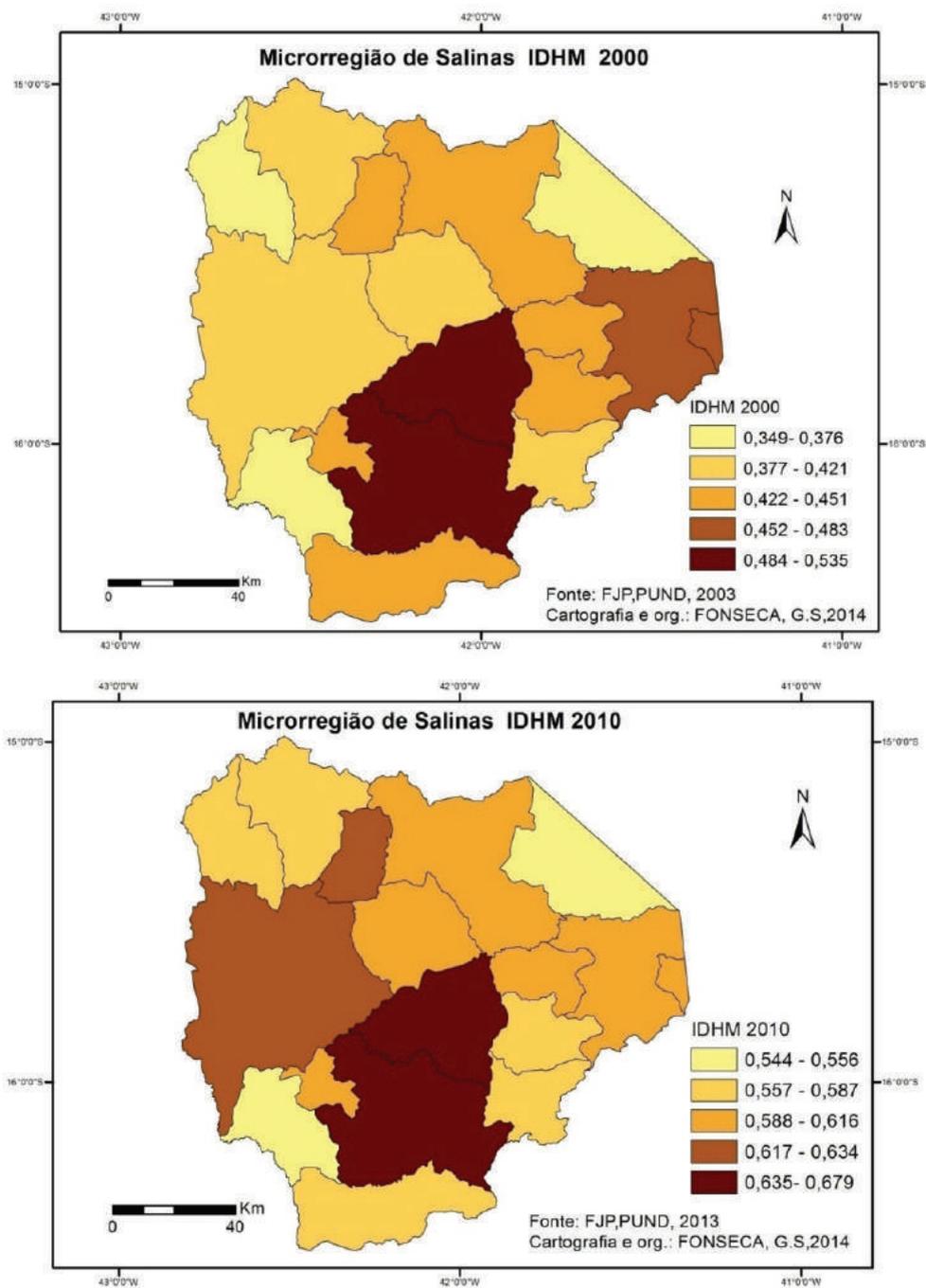


Figura 4: Mapa do IDHM dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

Em 2000, quinze municípios apresentavam IDHM Muito Baixo, sendo eles: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novo Horizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso e Vargem Grande do Rio Pardo.

Os municípios de Salinas e Taiobeiras tinham IDHM Baixo, portanto, em nenhum município foi registrado IDHM Médio, Alto e Muito Alto. O IDH do Brasil e de Minas Gerais em 2000 eram respectivamente, 0,612 e 0,624, portanto bem superior aos municípios da Microrregião de Salinas.

Em 2010, foi registrado IDHM Médio em dez municípios: Águas vermelhas, Berizal, Divisa alegre, Indaiabira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Vargem Grande do Rio Pardo, Salinas e Taiobeiras. Nos outros sete ainda impera o IDHM Baixo. Em relação a Minas Gerais e o Brasil, o IDH foi respectivamente 0,730 e 0,739.

Apesar de não haver IDHM Alto ou Muito alto, ocorreu no período de dez anos taxa de crescimento, logo incremento no IDHM (Figura 5).

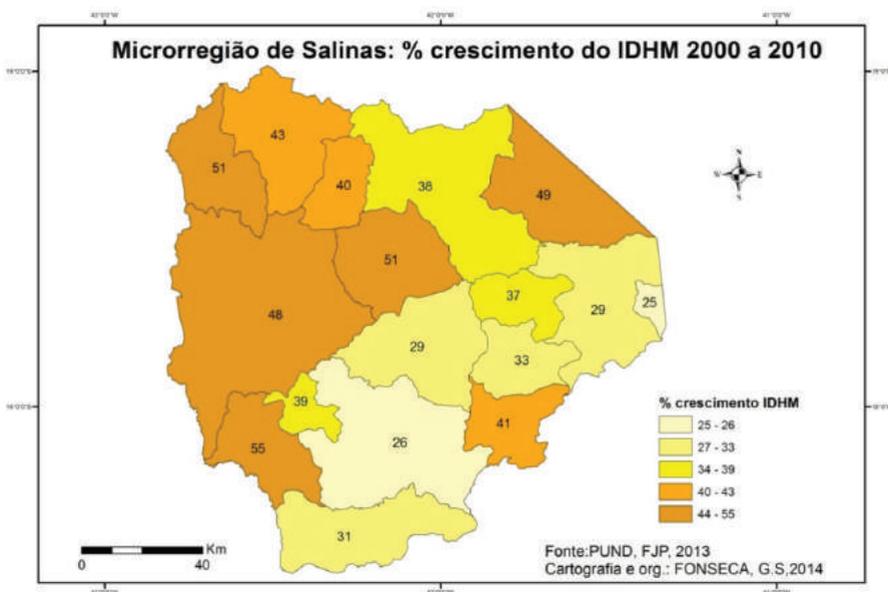


Figura 5: Crescimento do IDHM dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

O município que apresentou maior taxa de crescimento foi Fruta de Leite, assim como melhor incremento. Por outro lado, o município de Divisa Alegre apresentou menor taxa de crescimento.

Para entender melhor o acréscimo no IDHM, procurou-se analisar os subíndices: IDHE; IDHL e IDHR. Entre as políticas sociais, a educação escolar ocupa posição especial, pois ela exerce um papel fundamental para o desenvolvimento econômico. Nos últimos anos a educação tem sido apresentada como o principal instrumento para solucionar os problemas de pobreza, desigualdade e falta de oportunidade que afetam os segmentos mais pobres da Microrregião. O IDHE considera:

A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental – 6º ao 9º ano –, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (PNUD, FJP, IPEA, 2013, p.32).

Conforme definido pela Constituição de 1988, a educação passou a ser responsabilidade direta do Estado e tornou-se prioridade social. Assim, observase importante alteração nas políticas públicas voltadas para a educação, devido ao papel de provedor direto atribuído aos estados.

O conhecimento aumenta as possibilidades das pessoas, permite viver uma vida mais longa e confortável, auferir maiores salários e obter melhores empregos. O acesso à educação consiste num importante meio para a liberdade de escolha, pois, permite que, além do capital humano, possibilita aos indivíduos desfrutarem de liberdades substantivas para buscarem avanços sociais e políticos.

No Brasil, em 2000, o IDHE era de 0,456, sendo que atingiu 0,637 em 2010, já em Minas Gerais, em 2000 registrou 0,470 e 0,638 em 2010. Nos municípios da Microrregião de Salinas também ocorreu aumento, porém, não foi tão expressivo (Figura 6).

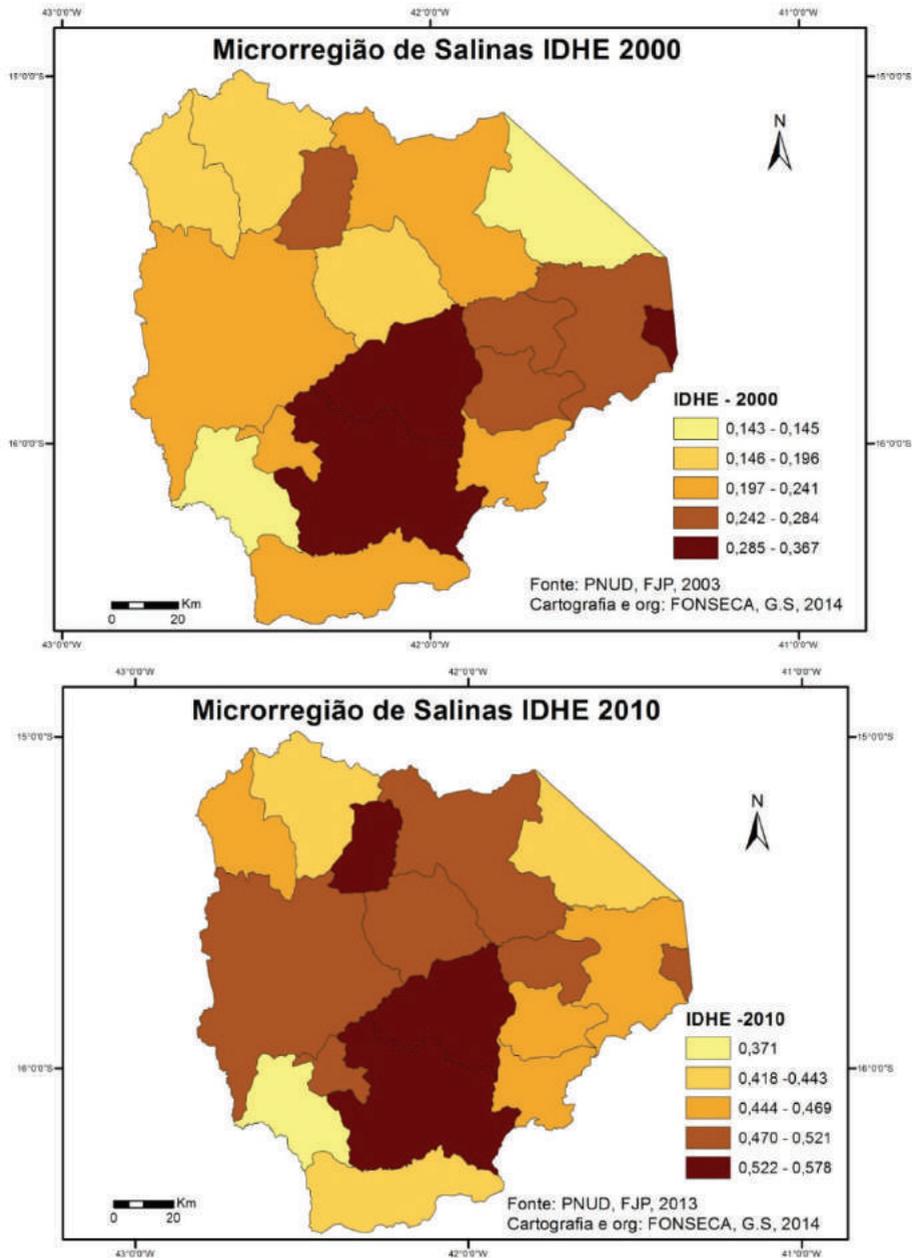


Figura 6: Mapa do IDHE dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

As políticas educacionais possibilitaram que pessoas que estavam foram do ambiente escolar retornassem, e retomassem seus estudos através da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além dos incentivos financeiros para que crianças e jovens concluíssem a educação básica, a saber, Bolsa Escola que consiste na transferência de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

Outro fator importante é a escola de nove anos que obriga os pais matricularem a criança aos seis anos de idade, a mesma cursa o primeiro ano do ensino fundamental, além do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) de Minas Gerais, que assegura o acompanhamento do desempenho escolar ao longo do ano com atividades extraclases.

Em relação ao subíndice IDHR, indica a renda média dos indivíduos residentes no município expressa em reais, os valores são extraídos dos questionários da amostra do Censo Demográfico. Representa a soma de todo tipo de renda, inclui-se salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais, entre outros.

A somatória é dividida pelo número total de habitantes do município, o resultado é a renda municipal per capita. O IDHR dos municípios da Microrregião de Salinas, em 2000 oscilou de 0,418 a 0,565; já em 2010 a variação foi de 0,504 a 0,697, portanto, aumento (Figura 7). No entanto, apesar da melhoria no IDHR, não significa erradicação da extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 70 reais). A Agenda 21 resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, no capítulo 03 trata o combate à pobreza como:

A pobreza é um problema complexo e multidimensional, com origem ao mesmo tempo na área nacional e na área interacional não é possível encontrar uma solução uniforme, com aplicação universal para o combate à pobreza. Antes é fundamental para a solução desse problema que se desenvolvam programas específicos para cada País; com atividade internacionais de apoio às nacionais e com um processo paralelo de criação de ambiente internacional de apoio. A erradicação da pobreza e da fome, maior equidade na distribuição da renda e desenvolvimento de recursos humanos: esses desafios continuam sendo consideráveis em toda parte; O combate à pobreza é uma responsabilidade conjunta de todos os países (ONU, 1992 pg. 27).

Assim, pode-se pontuar que a erradicação da pobreza significa acesso à educação, lazer, bens de consumo e alimentação de qualidade por meio do fortalecimento dos programas de emprego e geradores de renda.

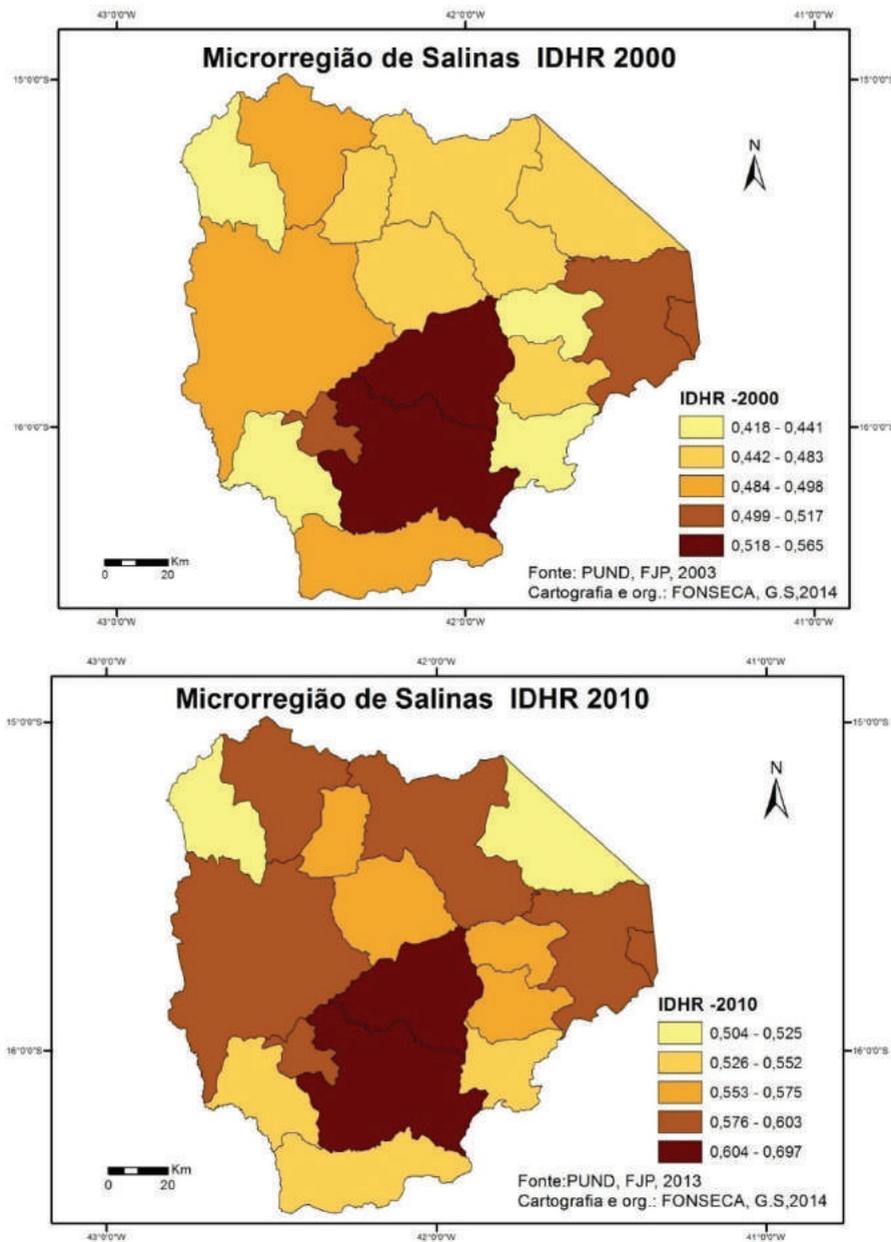


Figura 7: Mapa da Microrregião de Salinas, IDHR 2000 e 2010

Em 2000, os municípios que apresentam melhor IDHR foram Taiobeiras (0,557) e Salinas (0,565), sendo que em 2010 foi registrado IDHR, respectivamente de 0,639 e 0,697. Apresentam menor acréscimo de IDHR, os municípios Ninheira (0,481, em 2000) e Rubelita (0,498, em 2000); em 2010 passaram para 0,525 e 0,552. Ao se comparar o IDHR dos municípios da Microrregião com o de Minas Gerais e do Brasil, percebe-se, grande diferença, pois, em 2000 o IDHR nacional era 0,692, já em 2010 atingiu 0,739. O estadual ficou pouco abaixo, 0,680 em 2000 e em 2010 chegou a 0,730.

No que se refere ao IDHL é um indicador que mostra a esperança de vida ao nascer, assim, pessoas com acesso a bens e serviços como água tratada, rede de esgoto, atendimento médico hospitalar, alimentação saudável, entre outros, tem a perspectiva de viver mais.

No que se refere ao IDHL é um indicador que mostra a esperança de vida ao nascer. Assim, pessoas com acesso a bens e serviços como água tratada, rede de esgoto, atendimento médico hospitalar, alimentação saudável, entre outros, tem a perspectiva de viver mais.

O Índice de Longevidade é um índice cuja tendência é sempre aumentar, pois os investimentos mundiais em saúde colaboram para que isso aconteça, além de ser uma cobrança crescente da população, que necessita de políticas adotadas relacionadas à saúde preventiva. Políticas essas em sua grande maioria voltada à reeducação de hábitos alimentares, incentivos à amamentação, campanhas de vacinação, dentre outras.

Nesse contexto, o indicador avalia as condições sociais, de saúde e de salubridade por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto as ocorridas em função de doenças quanto às provocadas por causas externas como violências e acidentes.

O IDHL dos municípios da Microrregião de Salinas (Figura 8) em relação a Minas Gerais e ao Brasil é menor, mas as diferenças não são tão grandes como no IDHE e no IDHR, uma vez que a longevidade aumentou a nível nacional. O IDHL de Minas Gerais foi 0,759 em 2000, em 2010 passou para 0,838. O Brasil apresentou IDHL de 0,727 em 2000 e em 2010 atingiu 0,816.

Ao se analisar a evolução do índice observa-se que esta foi bastante significativa, e os programas do governo voltados para a saúde importantes no

sentido de prevenção, reeducação, informação. Os programas sociais de saúde, equilibrados com o aumento no acesso a educação e de renda oferecem expectativas de melhora em longo prazo.

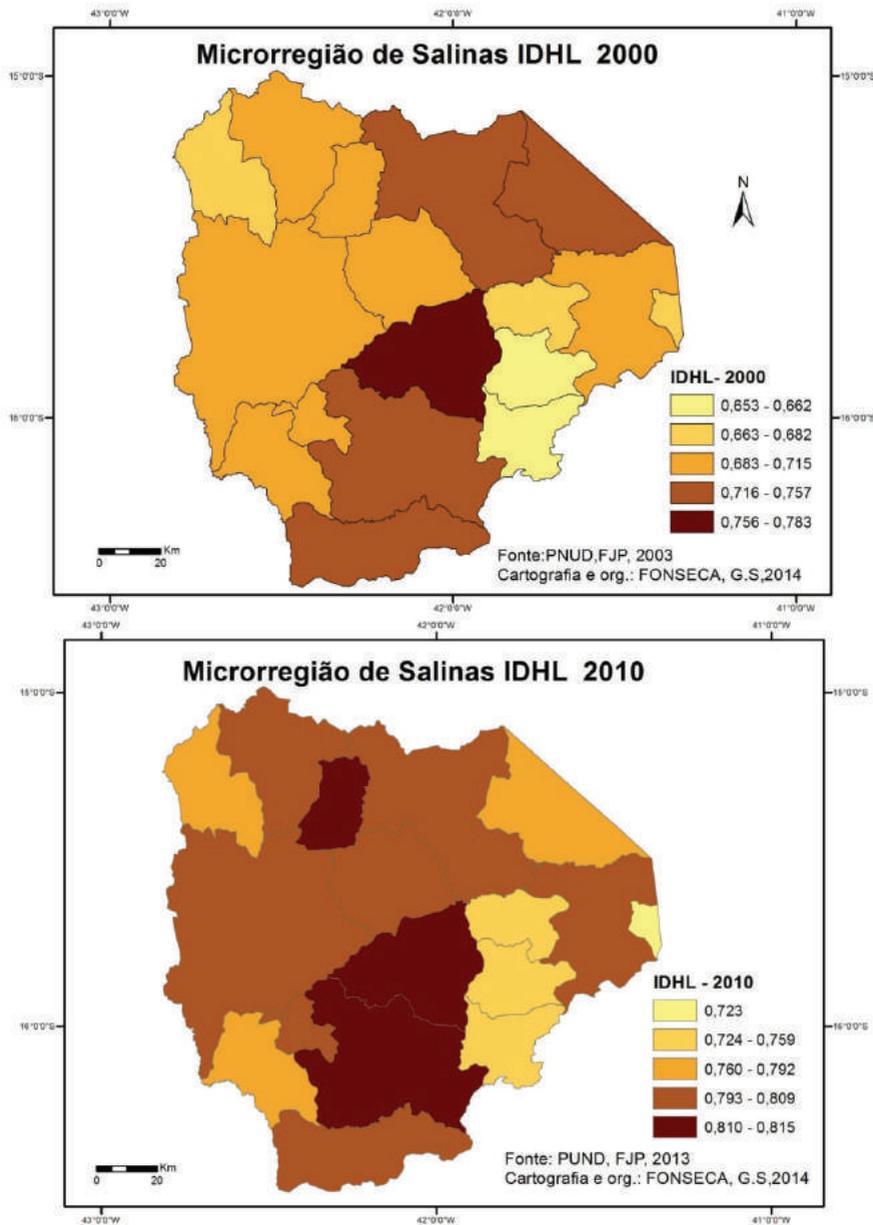
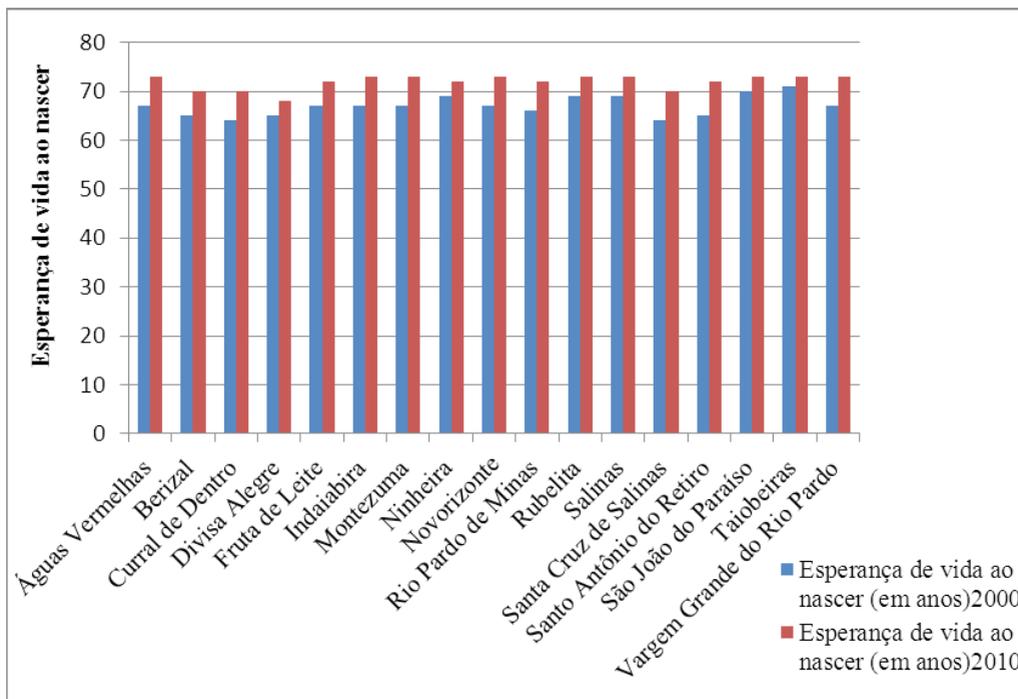


Figura 8: Mapa da Microrregião de Salinas, IDHL 2000 e 2010

A esperança de vida ao nascer em Minas Gerais em 2000 era de 70 anos, sendo que em 2010 foi registrada 75 anos, no Brasil em 2000 era de 68 anos e em 2010 chegou a 74 anos. Também foi significativo o aumento nos municípios da Microrregião de Salinas (Gráfico 1).



**Gráfico 1:** Esperança de vida ao nascer da população dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

**Fonte:** IBGE: Censos de 2000, 2010. Org: SANTOS, 2014

Ao comparar o IDH Longevidade dos municípios em 2010 com os dados de 2000 verifica-se que todos tiveram elevado aumento no índice de longevidade de sua população. A expectativa de vida desses municípios passou de 64 anos para uma média de 75 anos, essa melhora se deve ao avanço na medicina e melhorias na saúde pública, o aumento de renda e a elevação no índice de escolaridade também contribuem para o aumento dessa expectativa de vida, somando todos esses fatores verifica-se sinal de vida longa e saudável. Assim, pode-se pontuar a necessidade de conhecer os indicadores apresentados para auxiliar na adoção de políticas que melhorem cada vez mais a qualidade de vida da população.

## Considerações finais

O IDHM é uma importante ferramenta utilizada para compreender a média das conquistas do desenvolvimento básico da população, assim como setores que requer maior investimento. Registre-se, todavia, que os municípios que compõem a Microrregião de Salinas, no Norte de Minas alcançaram, ao longo dos anos, uma melhora contínua e consistente em todas as dimensões do IDHM.

Nos períodos analisados o IDHM da Microrregião de Salinas teve melhoria na sua composição. Na dimensão Educação, quase todos os municípios duplicaram o índice, aspecto que pode contribuir para o aumento da renda, maior dignidade básica, uma vez que os indivíduos terão possibilidade de inserir no mercado de trabalho. No que se refere à renda per capita, os municípios apresentam acréscimo, acredita-se que isso se deve a efeitos dos programas de bem-estar social do Governo Federal, como o

Programa Bolsa Família que consiste na ajuda financeira às famílias pobres e indigentes do país, investimento na qualificação profissional, criando mais oportunidades de emprego e o aumento de pessoas idosas que recebem benefício da aposentadoria.

Outro fator importante para o aumento da renda é a emigração temporária de trabalhadores, fenômeno comum na Microrregião. Por sua vez, o IDHM Longevidade apresentou melhoria de 2000 para 2010, uma vez que aproximou das médias estadual e nacional. O aumento do nível de escolaridade e renda, das taxas de educação e renda que implicam diretamente na longevidade da população, pois reflete de forma positiva no acesso à saúde, alimentação de qualidade e lazer, itens importantes para um envelhecimento saudável. É importante que a sociedade participe diretamente das ações governamentais, pois assim há maiores possibilidades de melhor investimento de recursos públicos.

Ao se comparar os dados do censo do ano de 2010 com os de 2000, verifica-se que todos os municípios da Microrregião estudada apresentaram melhora no desempenho do IDHM, o que equivale dizer que futuramente há possibilidades da população viver mais e com maior qualidade de vida.

## Referências

FREIRE JÚNIOR, José et al. Indicadores demográficos e sociais. IPECE. Fortaleza. 2010. Disponível em: [http://www.ipece.ce.br/publicacoes/entendendo\\_os\\_principais\\_indicadores\\_sociais\\_e\\_economicos.pdf](http://www.ipece.ce.br/publicacoes/entendendo_os_principais_indicadores_sociais_e_economicos.pdf) . Acesso em 26/03/2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Volume 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico de 2010 de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> . Acesso 15/08/2014

\_\_\_\_\_. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/o\\_atlas/o\\_atlas\\_](http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/o_atlas_) . Acesso 15/08/2014

KAWANO, Marcos Akira. Análise dos Critérios do IDH da ONU. Florianópolis, 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro. Brasília/DF 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2003. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> > . Acesso 01/09/2014.

\_\_\_\_\_. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>> . Acesso 01/09/2014.

SANTOS, M. R.; FONSECA, G. S. Migrações temporárias e as implicações para a população itinerante de Salinas-MG. Montes Claros-MG, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: UNESP, 1999.

SCHWARTZMAN. Educação e pobreza no Brasil. Cadernos ADENAUER.  
São Paulo, 2006.

**Recebido para publicação em outubro de 2014**  
**Aceito para publicação em novembro de 2014**

